



INFORMATIVO

FEVEREIRO | 2024

podemos

CÂMARA



PÁG. 4

ROMERO RODRIGUES ASSUME LIDERANÇA DO PODEMOS E APOSTA NA ARTICULAÇÃO DA BANCADA PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DE 2024

PÁG. 10

Deputado Sargento Portugal protocola projeto para extinguir as saídas temporárias



DIA DECISIVO PARA AS ELEIÇÕES DE 2024!

Reunimos a família Podemos em Brasília para o Encontro Nacional dos Presidentes do Podemos e do Podemos Mulher, onde discutimos as estratégias e preparativos para o futuro político do nosso país.

EXPEDIENTE

LIDERANÇA DO PODEMOS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Líder do Podemos na Câmara dos Deputados:
Deputado Federal Romero Rodrigues (PB)

Presidente Nacional do Podemos:
Deputada Federal Renata Abreu (SP)

Chefe de Gabinete:
Fábio de Souza Oliveira

Secretário Nacional de Comunicação:
Marcus Deois

Direção Geral:
Alisson Esteves

Jornalista Responsável:
Marília Jardim

Revisão Geral:
Daniel Roriz

Diagramação e Arte:
Maura Mosquera

Colaboradores:
Fabiola Salvador, Gabriel Tiveron, Marcilene Maia, Brunna Moraes, Tullio Damin Da Sois, Elloá Urbano, George Pacífico, Nilo Martins, Marcelo Bley, Vicente Bezerra, Ana Luiza Iacomini, Vinicius Loures, Lucas Amparo, João Rafael, Samuel Sudré, Raquel Vasconcelos, Rafaella Panceri, Gabriel Cruz, Tikkho Maciel, Sérgio Lima e Robert Alves.

SUMÁRIO

- 4** Romero Rodrigues assume liderança do Podemos e aposta na articulação da bancada para enfrentar os desafios de 2024
- 6** Nely Aquino garante ampliação de rede assistencial de proteção ao idoso
- 8** Dr. Victor Linhalis propõe aumento da pena do crime de estelionato quando praticado contra mulheres
- 10** Deputado Sargento Portugal protocola projeto para extinguir as saídas temporárias
- 12** Aprovado projeto de incentivo de Educação e Cultura às nossas crianças
- 14** Ruy ressalta empregos e crescimento da economia ao defender Perse
- 16** ARTIGO - Brasil precisa comemorar as grandes conquistas dos 30 anos do Plano Real
- 18** Marcon fará oposição à sanha arrecadatória do governo federal
- 20** Deputado Gilson Daniel apresenta emenda à MP para manter benefícios e impulsionar o turismo
- 22** Raimundo Costa articula criação de uma Coordenação de Pesca e Aquicultura na Bahia
- 24** Projetos apresentados por Renata Abreu focam mobilidade urbana com sustentabilidade
- 26** ARTIGO - Burnout é coisa séria
- 28** Bruno Ganem promove a inclusão e propõe destaque para libras em concursos públicos
- 30** PL de Igor Timo, aprovado por unanimidade na Câmara, permitirá acolhida de idosos doentes em instituições de longa permanência
- 32** Fabio Macedo reforça necessidade de ampliar políticas de assistência à saúde mental
- 34** ARTIGO – Perse ameaçado



“A agenda econômica, com a MP da reoneração da folha de pagamento para os setores que mais empregam no radar, será um grande desafio de articulação”

ROMERO RODRIGUES ASSUME LIDERANÇA DO PODEMOS E APOSTA NA ARTICULAÇÃO DA BANCADA PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DE 2024

O deputado destaca o compromisso do partido na defesa da manutenção do Perse

Líder do Podemos na Câmara, o deputado Romero Rodrigues (PB) terá um ano desafiador pela frente, considerando os múltiplos temas da pauta legislativa. “Sei da força da bancada do Podemos na articulação política, no posicionamento sempre firme e de muita coerência do partido, tendo a presidente Renata Abreu como referência na política e no Parlamento”, afirma.

Ele lembra que o ano começou com muitos itens na pauta de votações na Câmara. São pelo menos 20 medidas provisórias. “A agenda econômica, com a MP da reoneração da folha de pagamento para os setores que mais empregam no radar, será um grande desafio de articulação”, diz, ressaltando que vai conversar com a bancada para ouvir os parlamentares sobre todos os temas, “respeitando as diversas opiniões”.

PERSE - Uma das primeiras agendas como líder foi a participação no ato nacional em defesa da manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, o

Perse. Criado durante a pandemia da Covid-19 para socorrer empresas dos segmentos de turismo e eventos, o Perse ainda é necessário para a recuperação integral das atividades vinculadas ao programa.

Romero Rodrigues presidiu a Comissão de Turismo em 2023 e reiterou o compromisso do partido ao defender a continuidade do Perse. “Os setores de turismo e de eventos foram os primeiros a parar as atividades durante a pandemia, tendo prejuízos incalculáveis. É preciso respeitar o tempo que esses segmentos precisam nesse processo de retomada que ainda está em curso”, defende.

Além da mobilização, o líder também protocolou emenda à Medida Provisória 1.202/23 em que pede a supressão do inciso I, do caput do artigo 6º da MP que antecipa o término do Perse. “Trata-se de preservar a segurança jurídica, a justa expectativa ao direito adquirido no prazo inicialmente estabelecido pela lei”, justifica.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO LÍDER DO PODEMOS

Nosso líder Romero Rodrigues compartilha as prioridades do partido para este ano.

NELY AQUINO GARANTE AMPLIAÇÃO DE REDE ASSISTENCIAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO

Com relatório e substitutivo da deputada federal Nely Aquino, Podemos Minas Gerais, a Câmara dos Deputados aprovou, na terça-feira (20), Projeto de Lei, 2613/07 que permite a permanência, em asilos e casas de repouso, de idosos portadores de doenças para as quais necessitem de assistência médica ou de enfermagem permanentes.

“Esse olhar diferenciado para um grupo populacional que apresenta vulnerabilidades tende a ser cada vez mais relevante socialmente em face da transição demográfica que o Brasil vivencia, com o aumento da população idosa e a redução proporcional da população jovem”, pontua a relatora.

Outros detalhes mudados na lei exigem que a alimentação fornecida seja suficiente e adequada às necessidades nutricionais e condições físicas de cada um dos pacientes.

O texto aprovado estabelece que as entidades deverão dispor de pelo menos um funcionário ou empregado capacitado para o uso e a interpretação de Língua Brasileira de Sinais (Libras). Também deverão instalar câmeras de vigilância, com gravação de imagens, em áreas de uso comum e de socialização dos residentes.

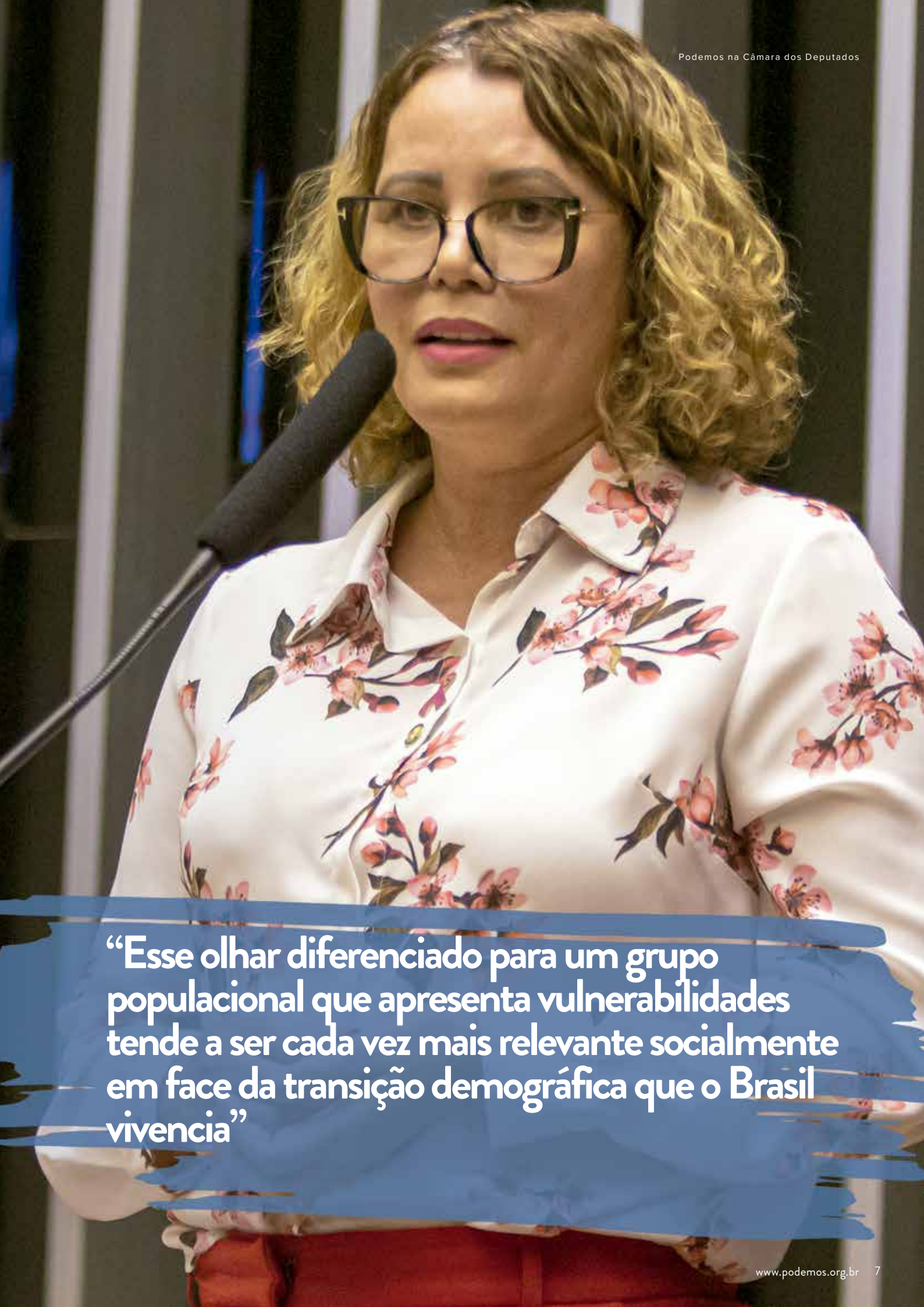
Além disso, a matéria prevê o amparo à estruturação dessas entidades de atendimento de caráter social. Para isso, o projeto muda o Estatuto do Idoso e permite a compra de equipamentos e medicamentos para promover a saúde e a qualidade de vida dos idosos internados, além de exigir que as instalações físicas tenham condições de acessibilidade. A matéria segue para ser apreciada no Senado.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Nossa deputada Nely Aquino foi premiada como destaque do ano de 2023 no estado de Minas Gerais.



“Esse olhar diferenciado para um grupo populacional que apresenta vulnerabilidades tende a ser cada vez mais relevante socialmente em face da transição demográfica que o Brasil vivencia”



“Um dos crimes patrimoniais que mais atinge as mulheres é o estelionato, situação em que o agente utiliza artifícios para conquistar a confiança da vítima e induzi-la a erro, obtendo vantagem ilícita em prejuízo de seus bens”

DR. VICTOR LINHALIS PROPÕE AUMENTO DA PENA DO CRIME DE ESTELIONATO QUANDO PRATICADO CONTRA MULHERES

Projeto apresentado pelo deputado Dr. Victor Linhalis (Podemos-ES) visa aumentar, de um terço ao dobro, a pena do crime de estelionato quando este for praticado contra mulher, por razões da condição do sexo feminino.

O Projeto de Lei 4366/23 insere a medida no Código Penal, que hoje estabelece pena de reclusão de um a cinco anos e multa para o crime no artigo 171. A lei já prevê aumento da pena se o crime for praticado contra pessoa idosa ou vulnerável.

De acordo com o projeto, a violência contra a mulher pode assumir diversas formas: física, psicológica,

sexual, patrimonial e moral. Assim como outras leis de âmbito nacional, essa é mais um reforço à proteção feminina.

Segundo Dr. Victor, um dos crimes patrimoniais que mais atinge as mulheres é o estelionato, situação em que o agente utiliza artifícios para conquistar a confiança da vítima e induzi-la a erro, obtendo vantagem ilícita em prejuízo de seus bens.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado Dr. Victor Linhalis é autor do PL 4362/23, que propõe que fabricantes de smartphones e tablets alertem os consumidores sobre os riscos do uso desses dispositivos por crianças.

DEPUTADO SARGENTO PORTUGAL PROTOCOLA PROJETO PARA EXTINGUIR AS SAÍDAS TEMPORÁRIAS

O deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), ferrenho defensor da segurança pública e no combate diário à criminalidade, apresentou no primeiro dia de início dos trabalhos legislativos deste ano, o Projeto de Lei 72, de 2024, com o objetivo acabar com a saída temporária em casos especificados na proposta.

De acordo com o projeto, extingue-se a saída temporária para presos condenados por crimes hediondos com resultado de morte, crimes de grande violência, membros de organizações criminosas, associações criminosas ou facções criminosas, ou ainda aqueles que forem recapturados por cometer qualquer crime dentro de um período de seis meses a partir da primeira captura, ou se o agente for reincidente no mesmo crime.

Segundo o parlamentar, a sociedade clama por mais segurança, não apenas no estado que ele representa, mas em todo o país. Ele cita como exemplo do Rio de Janeiro, onde,

durante o período de Natal, 1.785 presos foram liberados para a Visita Periódica ao Lar (VPL), conhecido como “saidão” temporário, pela Justiça fluminense. No entanto, 253 desses presos não retornaram às prisões, sendo considerados fugitivos. Os beneficiados pela decisão judicial deveriam se apresentar até às 22h do dia 30 de dezembro, mas não o fizeram.

O parlamentar justifica que a medida é necessária para garantir a segurança e a tranquilidade da população. É preciso evitar que criminosos perigosos sejam liberados temporariamente e possam voltar a cometer crimes, colocando em risco a vida e a integridade dos cidadãos.

Com essa proposta, o deputado Sargento Portugal busca atender aos anseios da sociedade por mais segurança, garantindo que a lei seja mais rigorosa para aqueles que praticam crimes graves.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O PL 6061/23, do nosso deputado Sargento Portugal, quer unificar o acesso às carreiras de policial e bombeiro militar no Brasil.



“É preciso evitar que criminosos perigosos sejam liberados temporariamente e possam voltar a cometer crimes, colocando em risco a vida e a integridade dos cidadãos”

A man with dark hair, wearing a blue checkered suit, a white shirt, and a red tie, is seated at a desk. He is looking slightly to his right with a serious expression. In front of him are several microphones. The background is blurred, showing other people and what appears to be a formal setting like a council or assembly.

“Temos certeza que a Semana Cultural Interescolar motivará alunos, professores e, sem dúvida, também coordenadores e diretores durante todo o ano letivo”

APROVADO PROJETO DE INCENTIVO DE EDUCAÇÃO E CULTURA ÀS NOSSAS CRIANÇAS

Foi aprovado o primeiro projeto do ano de autoria do deputado federal do partido Podemos, Rodrigo Gambale, que cria a Semana Cultural Interescolar nas escolas de Ensino Fundamental e Médio de todo território nacional.

A matéria teve a urgência aprovada em setembro de 2023 e foi o primeiro projeto a ser aprovado no Plenário da Câmara dos Deputados neste começo de 2024.

Para o parlamentar, a ideia desse projeto é que durante a semana cultural sejam apresentados trabalhos realizados por alunos das modalidades de teatro, música,

pintura, escultura, fotografia, vídeo, poesia e conto literário.

“Estou muito feliz com a aprovação do projeto na Câmara dos Deputados, e acredito que um projeto dessa magnitude será muito positivo para o desenvolvimento de todas as crianças e jovens do nosso país. Temos certeza que a Semana Cultural Interescolar motivará alunos, professores e, sem dúvida, também coordenadores e diretores durante todo o ano letivo.”

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O PL 1825/2023, de autoria do deputado Rodrigo Gambale, com parecer favorável do nosso líder Romero Rodrigues.

RUY RESSALTA EMPREGOS E CRESCIMENTO DA ECONOMIA AO DEFENDER PERSE

A continuidade do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, desenvolvido pelo governo federal, está sendo amplamente defendida pelo deputado federal Ruy Carneiro (Podemos-PB). O parlamentar ressalta que o segmento, e principalmente os profissionais do setor, estiveram entre os grupos mais afetados pelo período da pandemia e ainda estão em fase de recuperação econômica.

Dezenas de atividades econômicas podem acabar sofrendo reflexos negativos com a finalização imediata do Perse, destaca Ruy. “O programa vem sendo responsável por aliviar os impactos da pandemia nos setores de eventos e turismo, que são extremamente importantes para geração de emprego no Brasil. É preciso fazer justiça e lutar para manter esse incentivo”, reforça.

O deputado também alerta para os diferentes perfis da cadeia produtiva que estão incluídos no programa e podem ser prejudicados. “Muitas vezes se discute a temática olhando apenas para os grandes grupos e empresas. É preciso deixar claro que segmento também é formado por pequenos e médios empreendedores, que foram os que mais sofreram com os impactos da pandemia. São hotéis, casas de eventos, produção teatral, musical, bares, restaurantes e outras dezenas de estabelecimentos que geram emprego e movimentam a economia. Um aumento repentino nas despesas fiscais e tributárias podem comprometer muitas dessas iniciativas”, esclarece.

Ruy ainda defende uma investigação eficaz nos casos onde existem suspeitas de irregularidades. “A possível

ilegalidade em alguns casos não pode penalizar todo um segmento da nossa economia. Nos casos apontados pelo governo federal, em que existem indícios de crimes contra a ordem econômica, tudo deve ser devidamente apurado e os acusados punidos com o rigor da lei”, conclui.

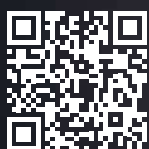
De acordo com reportagem do portal Poder 360, um levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo diz que o fim do Perse pode retirar até R\$ 244 bilhões da economia brasileira todos os anos. A medida foi instituída para aliviar prejuízos provocados pela pandemia ao setor de eventos.

O Perse isenta de tributos empresas de eventos. Foi instituído em razão da pandemia para aliviar prejuízos do setor, que ficou parado por causa de longos períodos em que aglomerações eram proibidas. A medida foi criada em 2021 com previsão inicial de conclusão para dezembro de 2026.

Isenções

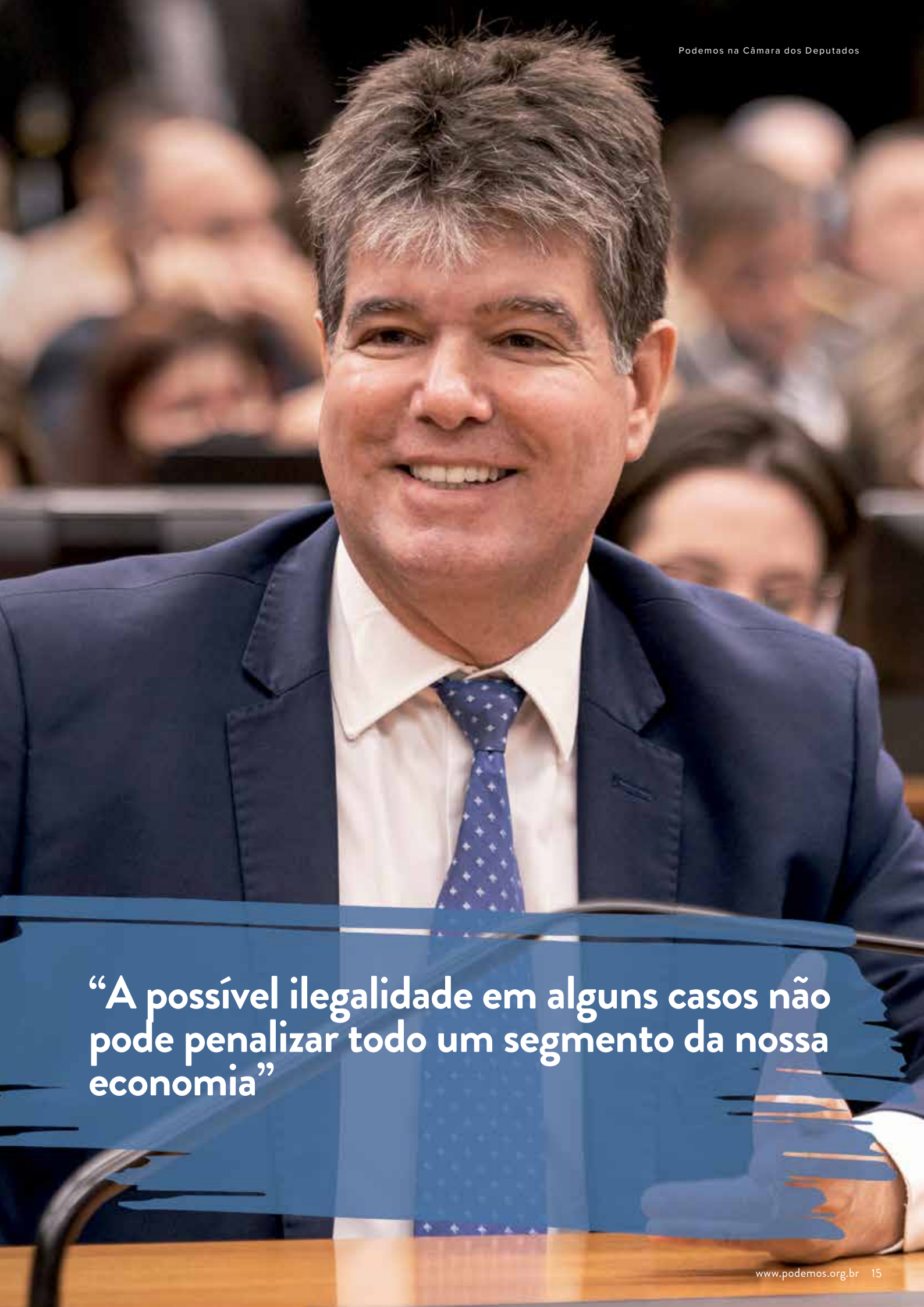
O Perse suspendeu os custos do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, do PIS e do Cofins para as empresas que se enquadram como beneficiárias. As empresas do Simples Nacional não foram incluídas no programa. Entre os benefícios, também estão a renegociação das dívidas tributárias e não tributárias, incluindo FGTS, com desconto de até 70%.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O PL 10.106/18, com relatório favorável do nosso deputado Ruy Carneiro e apoio do Podemos!

A man with short, dark hair, wearing a dark blue suit jacket, a white shirt, and a blue tie with a small white pattern, is smiling and speaking at a wooden podium. The background is blurred, showing other people in a large hall, likely the Brazilian Chamber of Deputies.

**“A possível ilegalidade em alguns casos não
pode penalizar todo um segmento da nossa
economia”**

A close-up portrait of an elderly man with thinning grey hair and glasses, looking slightly to the right. He is wearing a dark suit jacket over a light blue shirt and a patterned tie. The background is dark and out of focus.

“Apenas um exemplo para mostrar a grande importância do Plano Real: em 1993, a inflação atingiu 2.477%; em 2023, trinta anos depois, a inflação anual fechou em pouco mais de 4%”

ARTIGO - Luiz Carlos Hauly é deputado federal eleito pelo Paraná e economista tributário

BRASIL PRECISA COMEMORAR AS GRANDES CONQUISTAS DOS 30 ANOS DO PLANO REAL

Nos meus 50 anos de vida pública tive a honra de atuar em momentos decisivos da vida nacional. Além da aprovação recente da Reforma Tributária, destaco também a importância decisiva, há 30 anos, da implantação do Plano Real. Como deputado, defendi com tanta intensidade esse projeto que veio para estancar a hiperinflação e dar ao País estabilidade econômica, na ocasião acabei sendo esmurrado por um parlamentar petista. Guardo essa agressão como uma condecoração de batalha, pois tinha certeza de que estava lutando pelo bem do Brasil.

Para quem não viveu aquele período e nem faz ideia do que era a hiperinflação, é importante lembrar que no final dos anos 80 e início dos anos 90, a inflação anual chegou a ultrapassar 2.500%. Então, no governo do presidente Itamar Franco, em 1994, quando o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (liderando brilhantes economistas) lançou as bases do Plano Real, imediatamente abracei a defesa dessa causa, acreditando que seria a redenção econômica do Brasil, como de fato aconteceu.

Inédita, a engenharia econômica que foi arquitetada a criar a nova moeda era de difícil compreensão. Aproveitando-se, os líderes do PT não cansavam de denunciar que era apenas mais um plano eleitoreiro. À medida que os resultados positivos começaram a aparecer,

as críticas alopradas da oposição começaram a ficar sem efeito. A inflação é um imposto perverso, ela corrói o salário do trabalhador, diminui o poder de compra das famílias e transforma num manicômio o planejamento econômico das pessoas, das empresas e dos governos.

Vou citar apenas um dado para comparar a importância do Plano Real: em 1993, segundo dado oficial do governo, a inflação atingiu 2.477%; em 2023, 30 anos depois, a inflação anual fechou em pouco mais de 4%. A absurda diferença entre a inflação de 1993 e a de 2023 mostra, de forma muito clara, a enorme contribuição que a estabilidade da moeda deu para o crescimento do Brasil nessas últimas três décadas.

Felizmente, a população brasileira valoriza a importância do Plano Real. Pesquisa recente divulgada pelo Observatório Febraban revela que, 71% dos brasileiros reconhecem que “o Plano Real continua importante, pois lançou as bases para uma economia mais sólida e estável”. Como proponente de um projeto pioneiro aprovado recentemente no Congresso, acredito que a Reforma Tributária irá proporcionar outro grande salto no avanço da economia brasileira. Aliás, após a adoção da Reforma Tributária, o Brasil terá outra economia.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO
Concorda com o nosso Deputado Hauly?

MARCON FARÁ OPOSIÇÃO À SANHA ARRECADATÓRIA DO GOVERNO FEDERAL

Os primeiros lances do novo ano já deram a toada de como serão os trabalhos no Congresso Nacional em 2024. Com um calendário que definitivamente será acelerado por conta das eleições municipais, os indicativos são de que a agenda política do país ficará mais uma vez centrada na agenda econômica do governo federal.

Após duros anos para as contas públicas por conta do impacto da pandemia de Covid-19, o último ano do governo Bolsonaro apresentou um considerável superávit nas contas públicas, somando R\$ 125 bilhões.

Porém, já em seu primeiro ano o governo Lula III reverteu fortemente a tendência de responsabilidade com os gastos públicos e gastou incríveis - e preocupantes - R\$ 264 bilhões a mais do que arrecadou. O rombo final nas contas públicas acabou ficando em R\$ 249 bilhões - ou 2,29 % do PIB nacional - pois estados e municípios tiveram um superávit agregado de R\$ 17 bilhões.

E as previsões para 2024 não começaram nada bem: de arrancada, o mercado já prevê um novo déficit de 1,1%, o que significa que o governo federal precisará arrecadar R\$ 168,5 bilhões a mais do que no ano passado para fechar as contas. Assim, infelizmente a mesma sanha arrecadatória que o governo Lula demonstrou no ano passado pautará as prioridades econômicas do governo federal.

“Veremos novamente o governo Lula fixar seus olhos nos bolsos dos cidadãos e das empresas brasileiras”, alerta o deputado Mauricio Marcon (Podemos-RS). A irresponsável correção das contas públicas pelo lado da

receita, e não pelo lado dos exageros de despesa, portanto, guiará os esforços da agenda econômica de Lula e Haddad.

Temas importantíssimos como a regulamentação da reforma tributária tenderão a resultar em aumentos de impostos, e temas com grande potencial de impacto positivo a longo prazo, como a ventilada reforma administrativa, tenderão a ser negativamente afetados pelos esforços políticos do governo federal.

Amstras desse comportamento viciadamente arrecadatório já foram dados no atropelo do governo Lula a questões já definidas pelo Congresso Nacional, como a derrubada da prorrogação da desoneração da folha de pagamento e os ataques ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE). Quanto a este último, inclusive, o deputado Marcon não somente assinou requerimento em conjunto com vários de seus pares contra as medidas do governo, como também protocolou emendas às proposições pertinentes de forma a revogar os danosos atos do governo federal.

A atuação do deputado Marcon em 2024, portanto, será novamente pautada no firme combate ao estatismo e ao intervencionismo - e não somente o econômico - de Lula e seus aliados. O ano que se inicia demandará muita atenção aos detalhes, pois a pressa de um ano eleitoral pode resultar em manobras e atropelos que custarão caro aos brasileiros.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Mauricio Marcon é membro da Comissão de Viação e Transporte da Câmara e defende abrir o mercado para novas empresas de transporte rodoviário.



“O ano que se inicia demandará muita atenção aos detalhes, pois a pressa de um ano eleitoral pode resultar em manobras e atropelos que custarão caro aos brasileiros”



“O programa auxiliou na preservação de empregos já existentes e na criação de diversas novas oportunidades, ajudando empresas a negociarem débitos tributários, além de manter e ampliar os empregos”

DEPUTADO GILSON DANIEL APRESENTA EMENDA À MP PARA MANTER BENEFÍCIOS E IMPULSIONAR O TURISMO

Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) impulsiona setores responsáveis por mais de 8 milhões de empregos e 7,6% do PIB

O deputado federal Gilson Daniel (Podemos-ES) apresentou uma emenda à Medida Provisória 1202/2023, do Governo Federal, com o objetivo de manter os benefícios do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse).

Criado pelo Congresso Nacional no auge da pandemia de COVID-19, o programa foi pensado para impulsionar os serviços de turismo e entretenimento, oferecendo alternativa para as empresas do setor mais afetado pelo período pandêmico, sendo responsável pelo encerramento das atividades de 25% das empresas do setor.

No entanto, a MP extingue o Perse, além de provocar o aumento drástico da carga tributária, interrompendo novos investimentos e o pagamento de dívidas adquiridas durante a pandemia. “Isto certamente reduzirá o crescimento do setor, levando a demissões imediatas. A desaceleração prejudicará toda a economia do turismo, dos grandes hotéis aos trabalhadores informais, sendo fatal para os destinos turísticos”, destaca Gilson Daniel.

A emenda protocolada pelo parlamentar capixaba, pede a supressão do inciso I, do caput do artigo 6º da MP que antecipa o término do Perse.

“A eventual extinção do Perse traz a desconstrução no planejamento empresarial, a insegurança jurídica, risco iminente de demissões, provável aumento nos preços para os consumidores de setores como hotéis, cinemas, teatros, shows, casas noturnas, feiras e convenções. E

é isso que queremos evitar”, afirma o deputado federal Gilson Daniel, que é presidente Frente Parlamentar Mista de Hotelaria Brasileira.

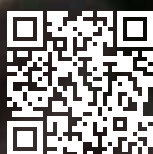
Dados da Receita Federal mostram que a receita bruta total das empresas brasileiras, em termos nominais, subiu 15% entre 2019 e 2020. No mesmo período, a atividade cinematográfica caiu 76,9%, reservas de turismo em 59,4%, parques temáticos em 53%, hotéis e similares em 46,3% e organização de eventos em 44,7%. Apenas na hotelaria o valor foi superior a dez bilhões de reais, dos 29 bilhões de perdas de receitas no setor de turismo e eventos, no período. Estes setores são responsáveis por mais de oito milhões de empregos e 7,6% do PIB.

Perse

Hotéis, pensões, campings, restaurantes, bares, eventos e recepções, congressos, feiras, eventos esportivos, shows, festas, festivais, simpósios e espetáculos são alguns dos setores beneficiados pelo Perse, com a redução de tributos federais (IRPJ, CSLL, PIS e COFINS) por sessenta meses, além de descontos de até 70% em dívidas tributárias e maior prazo para o cumprimento de obrigações fiscais.

“O programa auxiliou na preservação de empregos já existentes e na criação de diversas novas oportunidades, ajudando empresas a negociarem débitos tributários, além de manter e ampliar os empregos, com a expansão de empreendimentos para atrair mais turistas. E ele precisa continuar. Essa é a nossa luta e não iremos descansar”, enfatiza Gilson Daniel.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO
Junte-se ao Podemos e seja parte ativa da transformação
que você deseja ver em nossa sociedade!

RAIMUNDO COSTA ARTICULA CRIAÇÃO DE UMA COORDENAÇÃO DE PESCA E AQUICULTURA NA BAHIA

A nova coordenação terá o papel de planejar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades específicas dos projetos estruturantes e não estruturantes

O deputado federal baiano do Podemos, Raimundo Costa, apresentou a proposta de criação de uma Coordenação de Pesca e Aquicultura da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional, a CAR. A nova coordenação terá o papel de planejar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades específicas dos projetos estruturantes e não estruturantes relacionados a pesca e aquicultura no Estado da Bahia.

Segundo a proposta apresentada, na cadeia da pesca e aquicultura existe uma dificuldade na consolidação de dados estatísticos capazes de traçar um perfil das suas atividades, em que retarda a adoção de políticas públicas para o segmento devido à falta de informação e segurança dos dados.

A Bahia possui a maior extensão litorânea dentre os estados do Brasil, com cerca de 800 km em linha reta e aproximadamente 1.200 km, representando cerca de 14% da costa brasileira. A região possui uma das maiores reservas de peixe de “qualidade” em águas costeiras, segundo dados divulgados pela Bahia Pesca. A Bahia, segundo dados da Superintendência Federal da Pesca e da Aquicultura da Bahia (SFPA/BA) possui aproximadamente 120 mil pescadores cadastrados.

Ao todo, foram apresentados oito programas que beneficiarão a pesca e aquicultura no estado.

Programa de renovação, modernização e ajuste estrutural da frota pesqueira da Bahia

Substituirá a frota existente por barcos modernos e equipados com todo o material de segurança necessário, transformando a frota em embarcações duráveis, eficientes e equipadas.

Assistência técnica rural e capacitação aos pescadores e aquicultores da Bahia

Fornecimento de uma melhor formação profissional baseada na qualidade e na diversificação da

oferta, adequando-se às demandas do mercado, formando jovens capacitados para ingressar na pesca, solucionando um problema crucial que é a renovação de mão de obra.

Política de incentivo ao consumo de pescado

Aumentar o consumo de pescado através de ações de publicidade, tornando o evento anual, fortalecendo a cadeia produtiva da pesca e aquicultura na Bahia, unindo os produtores aos consumidores.

Monitoramento dos estoques pesqueiros

O crescente consumo de pescado e o aumento da sobrepesca evidenciam a necessidade de adoção imediata de medidas de manejo pesqueiro que garantam a sustentabilidade dos estoques e o alto rendimento das pescarias ao redor do mundo.

Simplificar o licenciamento ambiental para a atividade aquícola

Devido à morosidade, o excesso de exigências e custo para regularização, muitos produtores desistem da licença ambiental, trabalhando muitas vezes na clandestinidade sujeito a multa e sanções administrativas previstas em lei.

Infraestrutura pesqueira e aquícola

Para o setor pesqueiro, isto se traduz na criação de portos e terminais pesqueiros. A ausência da infraestrutura inviabiliza qualquer iniciativa para alavancar a pesca no Estado.

Criação do plano estadual de gerenciamento costeiro

Sincroniza ações de capacitação e articulação com institutos de tecnologia, educação, pesquisa e extensão, como Embrapa, Bahia Pesca, IFBA, IFBaiano, CEPLAC, SEBRAE, SENAR, UFRB, UNEB, para promover, capacitar, alinhar e integrar as Entidades Sociais rurais, urbanas e estuarinas.

 O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.

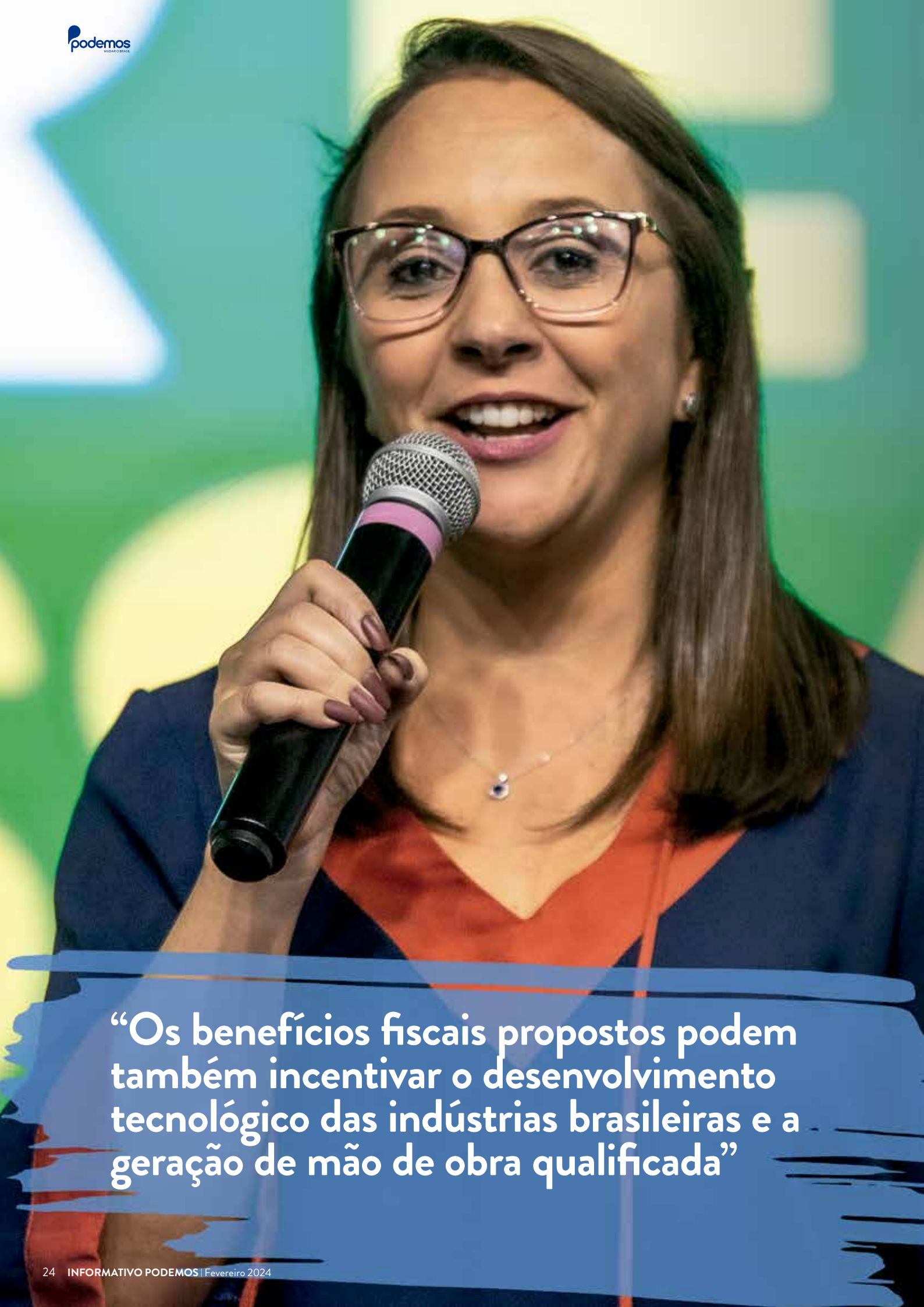


CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Quer fazer a diferença na política e contribuir para um futuro melhor para o nosso país? Então, chegou o momento!



“A nova coordenação terá o papel de planejar, supervisionar e acompanhar a execução das atividades específicas dos projetos estruturantes e não estruturantes”

A woman with long brown hair and glasses is smiling and speaking into a black microphone with a pink band. She is wearing a blue blazer over an orange top. The background is a blurred green and yellow pattern.

“Os benefícios fiscais propostos podem também incentivar o desenvolvimento tecnológico das indústrias brasileiras e a geração de mão de obra qualificada”

PROJETOS APRESENTADOS POR RENATA ABREU FOCAM MOBILIDADE URBANA COM SUSTENTABILIDADE

A deputada Renata Abreu, presidente nacional do Podemos, protocolou na Câmara três projetos voltados para a mobilidade urbana, sendo um deles com foco na sustentabilidade. O Projeto de Lei 289/2024 concede incentivos fiscais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre a produção de veículos elétricos e híbridos.

“A concessão dos referidos benefícios fiscais é fundamental para estimular as indústrias automotivas instaladas no país a promoverem a transição para a fabricação local de veículos elétricos, pois reduz os altos custos envolvidos na produção desses veículos”, afirma.

Ela ressalta um outro ganho da isenção: “além de contribuir para o cumprimento de metas climáticas assumidas em acordos internacionais e para a redução da poluição atmosférica. Os benefícios fiscais propostos podem também incentivar o desenvolvimento tecnológico das indústrias brasileiras e a geração de mão de obra qualificada”.

O segundo projeto foi protocolado sob o número 288/2024, ao atualizar o valor do veículo beneficiado com isenção de IPI quando adquirido por pessoas com

deficiência. “As pessoas com deficiência encontram inúmeras barreiras no transporte público, precisando, na maior parte das vezes, de custosas adaptações nos veículos de sua propriedade”, completa.

O último, PL 290/2024, dispensa autorização prévia para alteração da altura do veículo, alterando o Código Brasileiro de Trânsito (CBT). O objetivo da proposta é permitir a personalização do carro de acordo com o gosto e estilo do proprietário, dispensando prévia autorização da autoridade de trânsito.

As matérias serão analisadas nas comissões temáticas da Câmara e entre os benefícios fiscais propostos está a diminuição das barreiras no transporte público encontradas por pessoas com deficiência, diversificação dos tipos de veículos e ampliação da segurança ao desburocratizar o processo de mudança da altura do veículo, que é popularmente conhecida como “tunning”.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DA DEPUTADA

Quando nos perguntam como o Podemos é o partido que mais cresce no Brasil, a nossa presidente Renata Abreu responde assim ...

ARTIGO - Glaustin da Fokus é deputado federal eleito por Goiás e empresário.

BURNOUT É COISA SÉRIA

Nos últimos tempos, a saúde mental tem recebido a atenção que merece. Uma mente não saudável afeta as relações humanas em todos os aspectos, seja nas relações amorosas, interpessoais, no dia a dia e, também, profissionais.

Neste artigo, quero falar especificamente sobre a Síndrome do Esgotamento Profissional, que precisa ser combatida nas relações de trabalho.

A Síndrome de Burnout, como é conhecida popularmente, é um distúrbio com sintomas de cansaço extremo, esgotamento físico, estresse e, geralmente, acomete profissionais que atuam em áreas de responsabilidade e pressão constantes, como é o caso de médicos e policiais, por exemplo. Mas a síndrome não se restringe a essas profissões. Todos os tipos de trabalho podem ser fontes desse estresse.

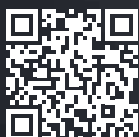
Essa doença, que tem como principal característica o estresse crônico do trabalho, é classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como doença ocupacional desde o início de 2022. Dados do Ministério da Previdência Social apontam que, em 2023, mais de 288 mil afastamentos foram concedidos no trabalho em decorrência da saúde mental. Ainda, dados da Associação Nacional de Medicina do Trabalho (Anamt), mostraram que 30% dos trabalhadores sofrem dessa síndrome. É preocupante que haja tantos casos assim e que estejam

aumentando ano após ano. É necessário repensar se, de fato, estamos priorizando a saúde das pessoas.

No Congresso Nacional, tenho atuado levantando essa bandeira em defesa desses trabalhadores que são vítimas do Burnout. No ano passado, em agosto, o nosso projeto de lei nº 1464/2022, que cria a Política Nacional de Atenção Integral à Síndrome de Esgotamento Profissional no âmbito do Sistema Único de Saúde, foi aprovado na Comissão de Saúde. Agora, a propositura aguarda o parecer do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). É um grande avanço no combate a essa patologia, já que, com esse projeto, os trabalhadores acometidos poderão ser atendidos pelo SUS.

O meu apelo é que as relações de trabalho sejam boas e que os limites de cada um sejam respeitados. É preciso assistir o trabalhador acometido por essa condição e oferecer apoio para que ele volte saudável emocionalmente e fisicamente. Inclusive, aproveito o espaço para pedir a conscientização de todos aqueles que lideram alguma equipe ou uma empresa: assistam seus subordinados. Procure o diálogo antes de qualquer coisa, pois ele é fundamental para um melhor relacionamento profissional.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Esse é o verdadeiro

#JeitoPodemos de legislar e governar.



“Como empresário, entendo que uma pessoa que está acometida pelo Burnout precisa de apoio para que possa voltar ao trabalho com mais saúde”



“É um passo crucial para a inclusão efetiva de pessoas surdas no contexto profissional e social”

BRUNO GANEM PROMOVE A INCLUSÃO E PROPÕE DESTAQUE PARA LIBRAS EM CONCURSOS PÚBLICOS

O deputado federal Bruno Ganem (Podemos-SP) emerge como líder na promoção da inclusão com o Projeto de Lei 1028/23. A proposta estabelece a capacitação em Língua Brasileira de Sinais (Libras) como critério de desempate em concursos para cargos e empregos públicos no âmbito da União, reforçando o compromisso do parlamentar com a acessibilidade e igualdade de oportunidades.

No contexto social, é evidente que a acessibilidade enfrenta desafios para ser garantida às pessoas com deficiência. É imprescindível promover normas que diminuam as barreiras e ampliem o acesso.

Indivíduos surdos ou com deficiência auditiva encaram impedimentos na comunicação, sofrendo com a dificuldade de receber e transmitir informações.

Pela iniciativa, a capacitação em Libras deverá ser comprovada por certificado de proficiência, conforme a legislação federal, até o último dia de inscrição. O projeto destaca-se por não restringir a adoção de outros critérios de desempate, conferindo flexibilidade à comissão organizadora dos certames.

Ganem ressalta a importância de priorizar candidatos com conhecimento em Libras em casos de empate: “Isso

resultará necessariamente em aumento da acessibilidade e melhor atendimento ao público. É um passo crucial para a inclusão efetiva de pessoas surdas no contexto profissional e social”.

A Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados já aprovou o projeto, evidenciando o reconhecimento da importância da proposta para a promoção da acessibilidade linguística e igualdade de oportunidades.

O relator, deputado Sargento Portugal (Podemos-RJ), destaca que a medida amplia as oportunidades de interação e comunicação entre surdos e ouvintes.

A proposta, tramitando em caráter conclusivo, avança para análise das comissões de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Bruno Ganem, por meio deste projeto, reafirma seu papel como legislador comprometido com a construção de um Brasil mais inclusivo e igualitário, onde a diversidade é reconhecida e valorizada.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O PL 2548/23, sugerido pelos nossos deputados Bruno Ganem e Raimundo Costa, garante o direito de levar animais de estimação em veículos de transporte por aplicativo.



“Eles (idosos) merecem nosso respeito e carinho, precisavam de alguém disposto a ajudá-los, de ser voz ativa para brigar por mais política pública nesta área e por reparações”

PL DE IGOR TIMO, APROVADO POR UNANIMIDADE NA CÂMARA, PERMITIRÁ ACOLHIDA DE IDOSOS DOENTES EM INSTITUIÇÕES DE LONGA PERMANÊNCIA

A população brasileira caminha de forma acelerada para o envelhecimento. Conforme o Censo de 2023, realizado pelo Instituto Brasileiro de Estatística (IBGE), o número de pessoas com 60 anos ou mais passou de 11,3% para 14,7% da população. Os números são preocupantes, pois também revelou que houve um crescimento de 57,4% no percentual de envelhecimento, nos últimos 12 anos.

Esses dados apontaram que é preciso pensar políticas públicas que amparem os idosos e seus familiares, que em sua maioria, fica na invisibilidade social. E o mais assustador é que a lei brasileira impedia que as instituições de longa permanência, casas de repouso, asilos, clínicas geriátricas e congêneres, recebessem idosos com qualquer comorbidade, e até mesmo, a permanência deles, após o adoecimento.

Indignado com essa realidade que as instituições enfrentavam, depois de visitar algumas delas em seu estado, a exemplo da cidade de Jacutinga, no Sul de Minas, e de Virgem da Lapa, no Vale do Jequitinhonha, o deputado federal, Igor Timo, do Podemos-MG, abraçou a causa e apresentou o Projeto de Lei 1832/2022, apensado ao PL 2632/2007, propondo ao Congresso alterar a legislação brasileira atual que proibia o trabalho pleno das instituições.

A alteração foi proposta para que toda instituição possa garantir a permanência, adquirir medicamentos e a compra de equipamentos para acolher pessoas com alguma comorbidade, para o tratamento adequado destes idosos.

Este projeto, que pode ser considerado um legado do parlamentar, na defesa dos idosos, foi aprovado no dia 20 de fevereiro, marcando uma conquista importante ao Brasil, no início da Legislatura de 2024, no Congresso Nacional.

“A aprovação deste PL 2613 é mais uma conquista dos brasileiros. Será um instrumento para garantir respeito, mais qualidade de vida e dignidade aos idosos em seu processo de envelhecimento. Eles merecem nosso respeito e carinho, precisavam de alguém disposto

a ajudá-los, de ser voz ativa para brigar por mais política pública nesta área e por reparações como estas que eram necessárias”, comemorou Igor Timo.

Para isso, o deputado visitou diversas instituições de acolhimento em Minas Gerais, conheceu de perto os desafios e a realidade de cada uma delas. De acordo com Igor, foi a partir do apontamento de uma casa de longa permanência de Jacutinga, que criou o projeto.

“Ainda temos muito o que trabalhar pelos idosos, mas este é o caminho. Sinto uma alegria imensurável em ver que estamos conseguindo garantir um pouco de dignidade aos idosos, em respeito a tudo que eles representam ao nosso país”, ressaltou Igor Timo, que foi vice-presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa na Câmara dos Deputados.

Mais de R\$ 67 milhões às instituições

Antes da aprovação deste PL, Igor Timo trabalhou intensamente para levar recursos financeiros às instituições de longa permanência. Por meio de sua articulação com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, conseguiu viabilizar mais de R\$ 67 milhões para apoiar o trabalho de todas instituições que se encontravam aptas para receberem os recursos.

“Instituições de longa permanência acolhem pessoas acima de 60 anos, que normalmente trazem consigo problemas de saúde, pois pela faixa etária é comum desenvolverem comorbidades, e infelizmente, a lei atual impedia que elas acolhessem pessoas com este perfil, e que continuassem a atender àquelas que apresentassem algum problema de saúde”, destacou Igor Timo.

O Brasil está na eminência da inversão da pirâmide-etária, o que retrata que a população é composta por mais idosos do que jovens. Segundo dados do IBGE, o índice de envelhecimento da população chegou a 57,4 %, em 12 anos. Isso mostra que o país tem uma baixa taxa de natalidade. Por isso, ter este PL aprovado é um grande passo para tirar a população idosa da invisibilidade e do anonimato.

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

O deputado federal Igor Timo também se posicionou contra as saidinhas temporárias de presos no Brasil.

FABIO MACEDO REFORÇA NECESSIDADE DE AMPLIAR POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE MENTAL

A falta de conhecimento diante da crise de saúde mental tem demonstrado seus efeitos nocivos em nossa população. O deputado federal Fabio Macedo, do Podemos Maranhão, está liderando a iniciativa de modificar a Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018, com o objetivo de tornar obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros em saúde mental para professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica, assim como de estabelecimentos de recreação infantil.

Essa alteração visa promover o acolhimento inicial e sigiloso dos alunos, professores e funcionários que estejam enfrentando situações de sofrimento mental ou transtorno mental, encaminhando-os para atendimento especializado. O deputado ressalta: “É necessário que estejamos à frente dessas situações. As doenças que afetam a saúde mental são, em grande parte, silenciosas, e por isso devemos lutar para ajudar aqueles que necessitam e que muitas vezes acabam sendo marginalizados.”

Ao proporcionar o acolhimento desses indivíduos, é possível evitar o agravamento dos transtornos mentais, encaminhando-os para especialistas capazes de amenizar

e contribuir para a melhoria da qualidade de vida.

Autor de outros projetos relacionados à saúde mental, o deputado enfatiza a urgência de investir em iniciativas desse cunho. Segundo a OMS, metade dos casos de distúrbios mentais têm início na adolescência, com muitos deles não sendo diagnosticados ou tratados. Conscientizar e agir diante dessas situações é um direito da população, exigindo investimentos do governo para incluir essas pessoas, valorizando os profissionais capacitados e garantindo a eficácia dos primeiros socorros em saúde mental.

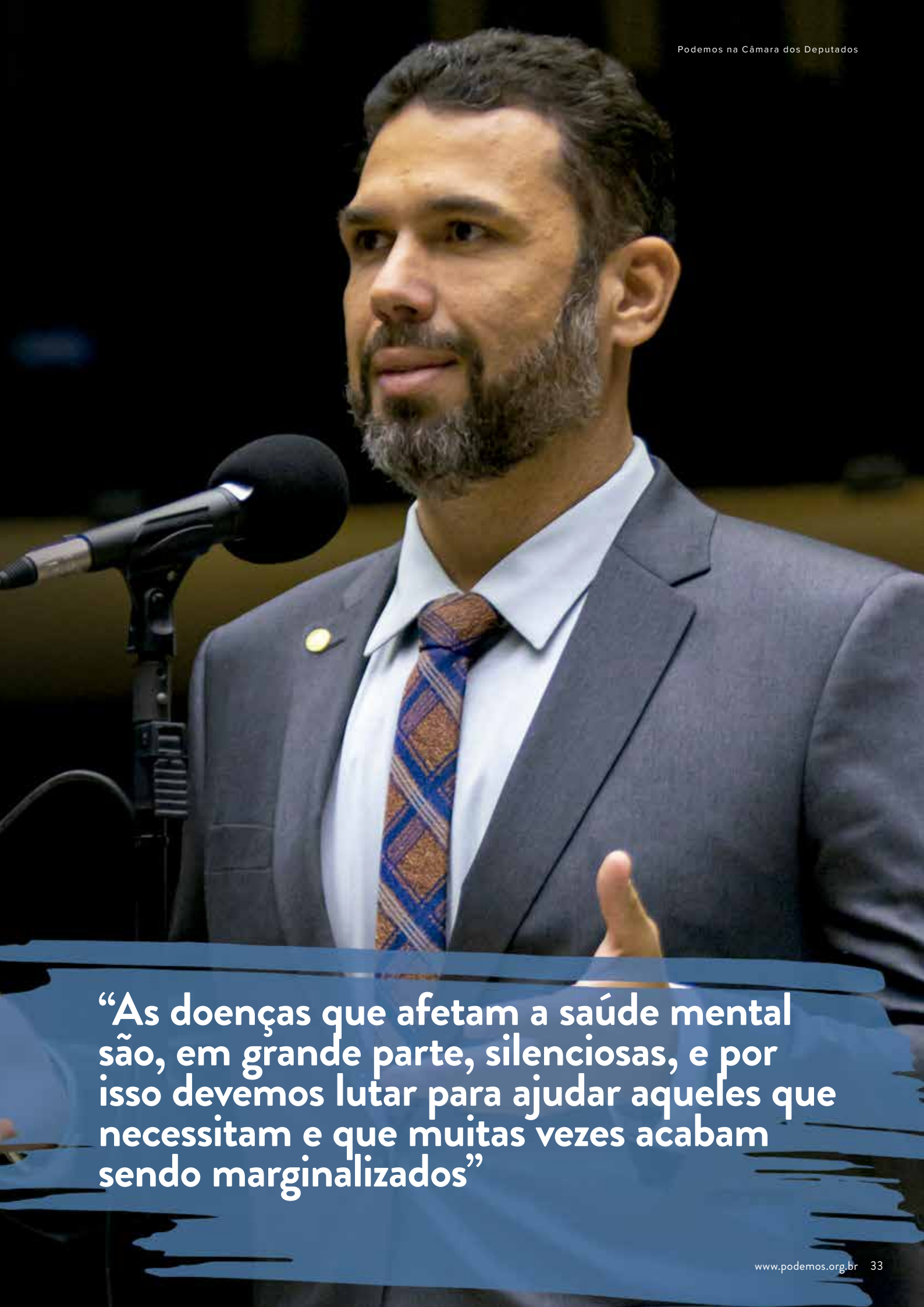
“Estou comprometido em liderar mudanças, buscando tornar obrigatória a capacitação em primeiros socorros em saúde mental para educadores. Acreditamos que, ao agir no início dessas situações, podemos proporcionar acolhimento, reduzir estigmas e encaminhar as pessoas para o suporte necessário. Investir em projetos dessa natureza é um passo crucial para construir uma sociedade mais saudável e empática.”

⚠ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



CONHEÇA OUTRAS AÇÕES DO DEPUTADO

Nosso deputado Fabio Macedo é autor do Projeto de Lei nº 1291/2023 para criminalizar a injúria relacionada à idade.



“As doenças que afetam a saúde mental são, em grande parte, silenciosas, e por isso devemos lutar para ajudar aqueles que necessitam e que muitas vezes acabam sendo marginalizados”



ARTIGO - RENATA ABREU | Presidente Nacional do Podemos

PERSE AMEAÇADO

O governo tomou uma decisão inesperada e unilateral que põe em risco uma gama de setores que, de forma direta ou indireta, são beneficiados pelo Perse. Eles empregam, geram renda e investem, fatores essenciais para um país crescer. Exatamente por isso e pensando nos pais, mães e jovens contratados pelos empresários ligados ao Perse que sou contra a extinção do programa.

Defini minhas metas para 2024 e entre elas está intensificar as ações voltadas para a melhoria das condições de vida das pessoas, na defesa das mulheres, no combate à corrupção e numa posição contrária ao aumento da carga tributária. A defesa da manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos, o Perse, entra na lista de prioridades para este início do ano legislativo.

Previsto na Lei 14.148/2021, o Perse incentiva importante atividade econômica, garante segurança jurídica para quem investe, gerando emprego e renda. Em 2021, fui relatora da proposta que instituiu o Perse e, com base nos resultados positivos para o mercado de trabalho, mantenho posição firme em defesa da política de apoio a atividades relacionadas a eventos, restaurantes e hotelaria.

A partir de dados do IBGE e do Ministério do Trabalho, a Associação Brasileira dos Promotores de Eventos informa que o setor de eventos de cultura e entretenimento continua sendo o maior gerador de empregos no país.

No saldo acumulado entre janeiro e novembro de 2023, o segmento teve um crescimento de 55,8%. A eficiência do programa é inquestionável. Só no mês de novembro foram geradas 4.624 vagas, o maior índice registrado desde janeiro de 2020, de acordo com os dados. Não podemos aceitar que, numa canetada, na contramão de uma decisão democrática do Congresso Nacional e sem considerar a contribuição do setor para a economia, o

governo federal acabe com o Perse, retomando a cobrança de tributos do setor a partir de 2024 e reduzindo de 5 para 2 anos o período de concessão da renúncia fiscal.

A redução de prazo joga por terra qualquer planejamento por parte de quem emprega no setor de eventos, turismo e entretenimento. O Perse prevê a redução a 0% das alíquotas dos seguintes tributos: PIS/Pasep, Cofins, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

A legislação estabelecia essa política por 60 meses, até fevereiro de 2027. A partir dela, o setor de eventos contratou, fez planos, traçou rotas e ampliou instalações com base nesta perspectiva de longo prazo.

Mas a Medida Provisória 1.202, editada no final de 2023, com efeitos imediatos, revogou parte do Perse, permitindo a retomada de cobrança de CSLL, PIS/Pasep e Cofins a partir de abril de 2024. A cobrança de IRPJ será feita a partir de janeiro de 2025.

Os termos da MP serão debatidos pelo Congresso Nacional, acompanharei de perto o debate, mas a possibilidade de mudança na legislação assusta o investidor, congela investimentos, paralisa o ritmo de contratações e, pior, fecha postos de trabalho. Para garantir que as pessoas trabalhem com segurança e planejamento, antes mesmo da reabertura dos trabalhos legislativos, preparei uma emenda para manter o Perse.

Cidadã e figura política que sou, defendo a apuração das suspeitas envolvendo o Perse, investigações conduzidas pela Receita Federal. Casos pontuais não podem comprometer um programa exitoso voltado para um dos principais setores empregadores do país.

⚠️ O CONTEÚDO JORNALÍSTICO REFERENTE A CADA PARLAMENTAR É DE RESPONSABILIDADE DE CADA GABINETE.



PERSE

Como disse a nossa presidente Renata Abreu, se existe fraude, ela precisa ser combatida e punida, mas os trabalhadores e empresários NÃO podem sair prejudicados.

JUNTOS PODEMOS

 **podemos.org.br**

SEDE NACIONAL

SHIS QI, 17, conj. 3, casa 25 Lago Sul - Brasília/DF

CEP 71.645-030

Telefone (61) 3550-5619

WhatsApp (61) 98587-1919

 contato@podemos.org.br      @podemos19

SEDE ADMINISTRATIVA

Rua Vitorino de Moraes, 156

Chácara Santo Antônio - São Paulo/SP

CEP: 04714-030

telefone: (11) 3935-6353

 juntos@podemos.org.br      @podemos19

 **podemos**
CÂMARA